

# Inclusão no Jornal da Cultura

## Um estudo de caso da introdução de acessibilidade em libras

**LÍGIA PEÇANHA GRILLO**

*Faculdade Cásper Líbero*  
ligiagrillo5@gmail.com

**MICHELLE PRAZERES**

*Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, SP*  
michelleprazerres@gmail.com  
0000-0002-7695-7656

**TIAGO DA MOTA E SILVA**

*Faculdade Cásper Líbero*  
tiagomotasilva@gmail.com  
0000-0003-1658-8091



Segundo Kotscho (2000), o ofício de jornalista não se limita a escrever seguindo fórmulas; este profissional deve escrever para transformar. Diante destas palavras, é possível refletir sobre o papel em potencial do jornalismo na promoção social, a expansão da democracia e do direito de cada cidadão de ter acesso à informação e à educação, como consta no Artigo 6º da Constituição Federal (Brasil, 1988). Nesse sentido, Carlos Alberto Vicchiatini (2005) é outro autor que enfatiza que o jornalista precisa ser um instrumento de transformação social. Partindo dessa perspectiva, é de se imaginar que os veículos de comunicação zelem por princípios acessíveis e democráticos. Por exemplo, Schudson (2008) afirma que a função do jornalista, primordialmente, é a de informar. Sabemos, porém, que uma análise apenas funcionalista do papel da imprensa ou do jornalista pode, muito bem, ponderar quanto ao contexto ideal para o exercício de funções também idealmente desenhadas, mas pode vir a ignorar as condições materiais em que, de fato, elas se dão. No Brasil, enquanto órgãos administrados privadamente, em sua maioria, os meios de comunicação obedecem a critérios econômicos ou administrativos que moldam a prática de informar inclusive ao ponto de chegar-se a uma fortíssima contradição: o de decidir não informar uma parcela relevante da população. Pode-se dizer que este é o caso da população surda brasileira que não tem acesso à programação do telejornalismo brasileiro.

**Pour citer cet article, to quote this article,  
para citar este artigo :**

Lígia Peçanha Grillo, Michelle Prazeres, Fernando Tiago da Mota e Silva, « Inclusão no Jornal da Cultura: um estudo de caso da introdução de acessibilidade em libras », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne, online], Vol 13, n°2 - 2024, 15 décembre - december 15 - 15 de dezembro - 15 de diciembre.

URL : <https://doi.org/10.25200/SLJ.v13.n2.2024.515>



A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) 2018: acesso à internet e à televisão e a posse de telefone móvel celular para uso pessoal divulgada pelo IBGE, apresenta que dos 71.738 mil domicílios particulares permanentes no Brasil, cerca de 96,4% possuem televisão em casa. Apesar do número alto, possuir um aparelho de TV em casa não garante, necessariamente, o acesso à informação jornalística. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 10 milhões de pessoas possuem algum problema relacionado à surdez no Brasil [1]. Esse número representa 5% da população nacional e cerca de 2,7 milhões de pessoas não ouvem nada.

As ferramentas de conteúdos acessíveis a esse público são alternativas para solucionar essa barreira na comunicação. Dentre os recursos disponíveis, o *closed caption* [2], audiodescrição [3], legendas ocultas e a janela de Libras [4] podem ser aplicados nos conteúdos para proporcionar a democratização do acesso para pessoas com deficiência. Torres e Mazzoni (2007) consideram que os recursos técnicos atualmente disponíveis no mercado possibilitam que os meios de comunicação em massa promovam a acessibilidade e que esse é um dos caminhos que conduziria à inclusão social. Ainda assim, resta o questionamento quanto se essa acessibilidade em Libras é ou não suficientemente desenvolvida, mesmo a Lei nº 10.436 tendo definido a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como a segunda língua oficial do país no dia 24 de abril de 2002.

Tendo em vista este cenário, o presente estudo dedicou-se a compreender como se dá o processo de implementação de tais recursos no telejornalismo no único telejornal brasileiro em TV aberta que realizou esta implementação: o *Jornal da Cultura*, veiculado na *TV Cultura* [5], em que a primeira aparição da janela de Libras ocorreu em novembro de 2017. Como problemas de pesquisa, buscou-se saber: de que maneira se deu a implementação de Libras no telejornal, quais foram as suas motivações e como a instituição se adaptou para isto?

Em uma primeira camada, as perguntas colocadas na forma de um *como* convidam a uma descrição da implementação do projeto que, por sua vez, responde a uma problematização de ordem prática. Isto é, detalhar como se dá uma operação como essa responde a necessidade de, ao expor o caso, subsidiar novas ações que caminhem para objetivos semelhantes aos do caso estudado. Neste artigo, portanto, encontra-se a possibilidade de, a partir do que ocorreu com o *Jornal da Cultura*, planejar outros projetos de inclusão de acessibilidade em Libras no telejornalismo de outras emissoras de TV. Embora o registro do caso seja, por si, relevante para que se escreva a história do telejornalismo brasileiro, a descrição desse fenômeno, obvia-

mente, abre para outras perguntas que nos convidam a problematizações menos superficiais que inserem o caso em seu contexto. Com este *como se dá*, portanto, se pergunta também: embora a inclusão -- neste caso, a inclusão da população surda -- apareça como um valor difuso no neoliberalismo, como esse conceito se movimenta nas determinações do real, no contexto de uma emissora de televisão brasileira que, embora possa ser considerada pública, também é dirigida conforme a racionalidade econômica vigente?

Por “neoliberalismo”, nos referimos a uma superestrutura ideológica e política, conforme definida por Cassin (2008), e marcada, sobretudo, pelo recrudescimento da racionalidade econômica acompanhado de uma revisão do papel do Estado Nacional sob a justificativa da flexibilização da economia. Todavia, como argumenta Saviani (2005) essa flexibilização vai no sentido de garantir a máxima representatividade da burguesia, fazendo com que a atividade política e cidadã se curve ao imperativo da acumulação financeira e conseqüentemente, da austeridade fiscal. Nesse propósito, a política passa atuar na regulação institucional apenas daquelas funções que não comprometam essa acumulação ao passo que restringe a participação democrática que se mobilize de qualquer forma que a limite. Mas isto não se realiza sem que se estabeleça determinados parâmetros interpretativos, isto é, “[...] novas formas de consenso que asseguram e possibilitem a reprodução material e simbólica das sociedades profundamente dualizadas” (Gentili, 2009, p. 223). Isto é, no seio do neoliberalismo, cria-se conceitos idealizados que mistificam as relações econômicas, isentando-as de suas contradições internas.

O tema da inclusão, enquanto conceito colocado de maneira difusa como uma demanda do mercado consumidor de comunicação, por exemplo, também encontra-se imerso nesse contexto. Por um lado, o conceito emerge com notável força desde a última década do século XX, porém, não tanto como resposta a possíveis reivindicações coletivas, mas também de maneira mistificadora que não contesta a base material que gera tais desigualdades em primeiro lugar (Bezerra, 2021). Este artigo não se propõe a fazer um mergulho no conceito de inclusão, em geral, mas problematiza-o especificamente no contexto brasileiro de radiodifusão de sons e imagens a partir do caso da *TV Cultura*. No Brasil, discutir a acessibilidade do jornalismo para a população surda, em específico, expõe uma contradição ainda de nosso ecossistema de mídia: anuncia-se um conceito de jornalismo como serviço essencial para a vida democrática do país, mas o modelo comercial vigente na radiodifusão é restrito, não totalmente democrático -- e o caso da exclusão da população surda é muito eloquente e concreto, por se tratarem de pessoas que, literalmente, não possuem maneiras de acessar o telejornalismo brasileiro.

Como pretendemos demonstrar, o caso do *Jornal da Cultura* é emblemático dessa situação. Afinal, embora possa ser considerado um êxito, ele só ocorreu a partir de políticas públicas que comprometem a lógica de acumulação e de austeridade, e não por espontaneísmo da direção da emissora. Além disso, o projeto de acessibilidade em Libras esteve muito próximo de ser descontinuado sob o argumento financeiro, ainda que -- e ressaltamos -- a *TV Cultura* possa ser compreendida como uma emissora pública, sob financiamento do governo do Estado de São Paulo.

---

### METODOLOGIA: ESTUDO DE CASO

---

Para a realização deste trabalho, optou-se por um estudo de caso para compreender e explorar como ocorreu a aplicação da acessibilidade em Libras no *Jornal da Cultura*, visando elencar quais elementos que, neste caso, respondem à problematização acima colocada.

De acordo com Martino (2018), o estudo de caso é uma pesquisa realizada a partir da análise de uma situação, reconhecida a partir de critérios para responder às perguntas propostas no objetivo do trabalho. Ainda, o autor ressalta que, se em outros tipos de metodologias o problema é construir o objeto de estudo, na metodologia do estudo de caso a questão é também encontrá-lo (Idem). Martino define dois critérios que possibilitam um caso de se tornar objeto de estudo: se ele for muito comum e portanto, altamente representativo de uma situação, ou se ele for em demasia incomum, e por isso mesmo, chama a atenção (Martino, 2018). No caso desta pesquisa, a segunda opção se encaixa, pela sua raridade.

Todavia, um estudo de caso só se torna pertinente a partir de um arcabouço teórico que orienta quais dados, informações ou padrões serão coletados, em campo. Para responder aos problemas desta pesquisa, mostrou-se necessário fundamentar o trabalho em uma compreensão sistêmica, material e crítica, que se atentasse às condições de implementação do programa de Libras de uma perspectiva institucional, econômica e, portanto, política. Portanto, chegou à Economia Política da Comunicação (EPC) como fonte para a codificação e para a análise do estudo de caso.

Dessa forma, o estudo se valeu dos seguintes instrumentos para coleta de informações: 1) Entrevistas semiestruturadas com os responsáveis pelo projeto; 2) Visita ao Núcleo de Acessibilidade da *TV Cultura*; 3) Levantamento de documentos da TV e da Fundação Padre Anchieta (FPA), quanto a sua estrutura organizacional; 4) Leitura e apreciação das chamadas e editais que exigiam a implementação de acessibilidade;

5) Leitura e apreciação da legislação brasileira sobre acessibilidade.

O objetivo das entrevistas foi obter relatos descritivos de como se deu a implementação da acessibilidade em Libras na emissora, quais foram as etapas do planejamento e como ele ocorre cotidianamente. Não indagou-se aos entrevistados quanto a suas percepções do projeto e, portanto, o trabalho não desenvolveu análise sobre o conteúdo do que foi dito nas entrevistas.

A primeira entrevista foi feita com Leão Serva, então diretor de jornalismo da emissora, embora não diretamente responsável pela aplicação do programa de acessibilidade. A partir dele, porém, chegou-se ao nome de Fernanda Sabino, supervisora de acessibilidade da FPA e idealizadora do Núcleo de Acessibilidade da *TV Cultura* - Flicts. Após uma troca de e-mails, foi combinado um encontro presencial para uma entrevista. O objetivo da conversa foi de obter mais detalhes sobre a implementação do projeto, esclarecer dúvidas, compreender os obstáculos e repercussões, entender o investimento financeiro que foi feito, além de conhecer os detalhes técnicos do Núcleo, obter informações sobre a produção jornalística dentro do contexto de acessibilidade e do programa *Jornal da Cultura*, além de outros detalhes abordados, como a democratização da informação e sobre o fato da *TV Cultura* ser uma emissora pública. Assim, diante das respostas foi possível encontrar uma direção para encaminhar a pesquisa.

Em seguida, foram realizadas outras quatro entrevistas com Eneas Pereira, diretor de jornalismo do *Jornal da Cultura*, para compreender se o conteúdo jornalístico sofreu algum tipo de alteração para receber a acessibilidade em Libras; Márcia Alexandre, assessora da *TV Cultura*, com o objetivo de esclarecer a visão da emissora a respeito da acessibilidade; Maura Vannozzi, de Recursos Humanos, e Graciella Machia, gerente de Recursos Humanos da FPA, que explicaram como a cultura da empresa se adaptou à nova modalidade de produção e como as estratégias institucionais sofreram alterações para a aplicabilidade do projeto. Como resultado dessas conversas, obtiveram-se alguns documentos emitidos pela FPA, como o seu Plano Estratégico de Ação [6] e seu relatório de atividades até o ano de 2018, que também serviram como documentos que foram consultados para essa pesquisa.

A entrevista com Fernanda Sabino ocorreu durante uma visita ao Núcleo de acessibilidade da *TV Cultura*, que aconteceu no dia 25 de agosto de 2022. A visita, além do objetivo de realizar a entrevista, visou conhecer a estrutura que abriga o projeto, entender como a rotina dos profissionais funciona e obter detalhes técnicos da produção.

Além disso, alguns documentos foram consultados durante a pesquisa e também serviram como fontes de informação. O Plano Estratégico de Ação da FPA justificou a implementação da acessibilidade por meio de um novo modelo organizacional e definiu as estratégias para aplicá-lo na emissora. Além disso, relatórios de atividades até o ano de 2018 demonstraram as estratégias da rede de televisão e as atividades realizadas em cada ano. Assim, esses documentos auxiliaram na produção da pesquisa em compreender como a diretoria da FPA lidou com as mudanças de estrutura organizacional. Por fim, editais e legislações envolvendo políticas públicas, acessibilidade, inclusão, direito à comunicação, dentre outros assuntos pertinentes à pesquisa foram utilizadas como referência para entender a motivação da FPA.

Mosco (2016) define a economia política como o estudo das relações sociais e das relações de poder, que constituem a produção, distribuição e consumo de recursos. O autor explica em seu trabalho que a economia política precisa ser fundamentada em uma epistemologia realista, inclusiva, constitutiva e crítica. Nesse sentido, é preciso reconhecer as realidades conceituais e práticas do núcleo social, evitando abordagens ideográficas que defendem apenas a realidade do discurso ou a rejeição da realidade das políticas sociais (Mosco, 1999).

Assim, a investigação da economia política da comunicação se preocupa em descrever e observar a importância das formas estruturais responsáveis pela produção, distribuição e troca de produtos de comunicação, além de regular o mercado: “Embora não tenha negligenciado o produto em si nem o processo de modificação, a tendência tem sido a de colocar em primeiro plano as estruturas e instituições corporativas e públicas” (Mosco, 1999, p. 107). Nesta abordagem, a mudança social, o progresso social e as relações sociais estão em primeiro plano. Isso significa que a investigação parte do princípio de que a mudança social, as estruturas e instituições estão em um processo de mudança constante.

Ao analisar a indústria cultural que transita entre a multiplicidade de oferta de conteúdos e de canais de difusão, Ferraretto e Kischinhevsky (2010) determinam quatro pontos de análise da EPC dentro de um contexto midiático, nos quais este artigo também se baseia para desenvolver o estudo de caso proposto. São eles:

1. Tecnológico: engloba a infraestrutura de produção, distribuição e recepção de conteúdo, em suma, todo o aparato necessário para colocar no ar a janela de Libras;

2. Empresarial: compreende a origem e a composição dos capitais que controlam os grupos de comunicação.

3. Profissional: analisa a integração de estruturas para produção de conteúdos a serem distribuídos, às mudanças nas rotinas e nas relações de trabalho que foram acarretadas pela janela de Libras na programação.

4. Dos conteúdos: abrange a produção de conteúdos, com a exploração das Libras enquanto novo formato e linguagem.

---

#### **NÃO ESCUTO, MAS NÃO ME VEEM: UM BREVE HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE ACESSIBILIDADE E LIBRAS**

---

A deficiência auditiva é caracterizada como uma redução ou ausência da capacidade de ouvir determinados sons em diferentes graus de intensidade. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 10 milhões de pessoas possuem algum problema relacionado à surdez no Brasil. Esse número representa 5% da população nacional e cerca de 2,7 milhões de pessoas não ouvem nada. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que, até o ano de 2050, 900 milhões de pessoas no mundo podem desenvolver surdez. Apesar dos números significativos, foi somente em 24 de abril de 2002 que a lei Nº 10.436 definiu a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como a segunda língua oficial do Brasil.

Como vimos, dos 71.738 mil domicílios particulares permanentes no Brasil, cerca de 96,4% possuem televisão em casa. Entretanto, isso não garante, necessariamente, o acesso à cultura, entretenimento e ao jornalismo a um cidadão com deficiência auditiva, já que grande parte das produções televisivas no Brasil não possui suporte e acessibilidade para pessoas surdas. Afinal, na televisão, as imagens são atreladas ao som. Para pessoas surdas, muitas vezes as imagens acabam perdendo o sentido, já que ficam incompletas sem o conteúdo sonoro para embasá-las. Assim, consumir conteúdos que não são adaptados à surdos gera um ruído na comunicação para quem tem alguma deficiência auditiva e os assiste.

A legenda descritiva, conhecida também pelo termo em inglês *closed caption* (CC) é um dos recursos utilizados para assistir televisão por quem não escuta, já que além de reproduzir os diálogos, expõe também sons ambientes e música de fundo. Entretanto, apenas uma parcela dos surdos têm conhecimento da Língua Portuguesa para lê-las, o que torna o recurso de legen-

das eficaz para aqueles que sabem a língua, mas não totalmente inclusivo para toda a comunidade surda (Faria & Silva, 2016).

Outra forma de adaptar o conteúdo para a população surda é por meio da janela de Libras, comumente utilizada em propagandas eleitorais e em anúncios governamentais no Brasil. Neste caso, independente do que acontece na tela, em algum dos lados do monitor, existe uma pessoa interpretando em Libras tudo o que é dito. Em 24 de abril de 2002, a lei Nº 10.436 definiu a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como a segunda língua oficial do Brasil e apesar disso, 20 anos depois, todos os telejornais nacionais das principais redes comerciais de televisão aberta do país (SBT, Globo, Record, Rede TV e Bandeirantes) não possuem janela de Libras.

Torres e Mazzoni (2007) consideram que os recursos técnicos atualmente disponíveis possibilitam que os meios de comunicação em massa promovam a acessibilidade e que esse é um dos caminhos que conduz a inclusão social. De acordo com os autores, ignorar a existência das pessoas que possuem deficiências sensoriais ou limitações que interferem na percepção de mensagem e que são espectadores de programas de televisão, além de um preconceito, é também uma falha frequentemente praticada por equipes de produção brasileiras (Torres & Mazzoni, 2007).

Além destes recursos disponíveis, também há um arcabouço legal que pede às emissoras de televisão e outros produtores de conteúdo para que promovam a inclusão. No dia 19 de dezembro de 2000 foi instituída a lei Nº 10.098, conhecida como a lei da acessibilidade, que “garante o direito e a possibilidade de locomoção em qualquer espaço do território nacional”. No Art. 2, inciso I, alínea d, a lei “garante que não haja barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação” (Lei Nº 10.098, de 2000). Para compreender o conceito de *acessibilidade*, como está nos termos da lei, é possível recorrer à discussão feita por Corrêa (2009), para qual “O termo acessibilidade tem sido utilizado para garantir que todas as pessoas tenham acesso a todas as áreas de seu convívio. Estas áreas estão relacionadas aos espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, sistemas e meios de comunicação e informação” (Corrêa, 2009, p. 171).

Em 2 de janeiro de 2016, entrou em vigor a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015, destinada a “assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das

liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. Assim, passou a ser assegurado por lei o direito de acessibilidade em Libras nas televisões brasileiras.

---

### RESULTADOS: COMO SE DEU À IMPLEMENTAÇÃO DE LIBRAS NO JORNAL DA CULTURA

---

Aconteceu em novembro de 2017 a primeira aparição da janela de Libras no *Jornal da Cultura*. Dentre os conteúdos escolhidos para receberem acessibilidade, os programas de informação e entretenimento foram considerados mais relevantes. Assim, *Jornal da Cultura*, *Roda Viva*, *Repórter ECO*, *Persona* e *Metrópolis* foram os escolhidos da grade. Sendo o *Jornal da Cultura* o foco deste trabalho por ser considerado o programa jornalístico de mais destaque da grade de programação da emissora.

A tecnologia é um ponto importante dentro do contexto da implementação da acessibilidade em Libras no *Jornal da TV Cultura* -- afinal, foi preciso inaugurar o Núcleo de Acessibilidade, conhecido internamente como Flicts. O espaço conta com três estúdios de gravação direcionados especificamente para a captação de imagens dos intérpretes de Libras. Além disso, o Núcleo também possui uma central técnica que controla os estúdios.

No início do projeto, as gravações da janela de Libras eram realizadas em estúdios diferentes, já que não seria possível gravar nos mesmos estúdios dos programas devido ao barulho da redação. Foi em dezembro de 2019, somente dois anos depois do período obrigatório do projeto, que a *TV Cultura* inaugurou o Núcleo de Acessibilidade. Assim, as gravações passaram a ser realizadas no próprio Núcleo, com espaço apropriado e pensado exclusivamente para a realização do projeto.

Foi a obra de Ziraldo, o livro infantil publicado em 1969 pela editora Expressão e Cultura, “Flicts”, que inspirou o nome do Núcleo de Acessibilidade da *TV Cultura*. Um título pensado em todas as pessoas surdas que não se sentem representadas em programas audiovisuais que não possuem acessibilidade, os muitos Flicts que existem em uma sociedade que não está adaptada à inclusão.

O intérprete de Libras se posiciona em cima de um caixote, para melhorar o enquadramento, na frente de um cenário liso de fundo azul escuro. É importante que o fundo seja todo da mesma cor, assim, na hora de adicionar a janela de Libras na imagem final do *Jornal*, é possível retirar o fundo utilizando a ferramenta de

*chroma key*. Na versão final do programa, somente o intérprete aparece, como se estivesse recortado e é inserido no canto inferior direito da imagem.

Na estrutura dos estúdios, além do cenário preparado para servir de fundo na gravação, o equipamento técnico conta com câmeras, luzes e televisões. Para a tradução da Libras ocorrer, o Jornal é transmitido ao vivo por uma das televisões do estúdio. O intérprete escuta o áudio do programa e traduz simultaneamente para as Libras aquilo que escuta. Como o áudio não é um recurso utilizado na janela de Libras, a imagem final da tradução é transmitida para o Jornal sem som, assim, não existe a possibilidade de nenhuma interferência sonora.

Os intérpretes, então, não são pessoas surdas, já que precisam ouvir o áudio do programa para realizar a tradução. Entretanto, em toda gravação da janela de Libras, a presença de uma pessoa surda é necessária. Chamados de consultores, eles orientam e aconselham durante a produção para que o conteúdo faça sentido para quem o consome. Entretanto, existem alguns poucos intérpretes surdos que também prestam o serviço no Núcleo, mediante a um roteiro previamente produzido por uma pessoa ouvinte.

É a partir da central técnica que se controla os estúdios do Núcleo. É nessa central técnica que se utiliza o “*switch*”. O profissional que trabalha nesta área, conhecido como *switcher*, é quem escolhe qual reportagem vai entrar, os cortes de câmera, os caracteres que aparecerão na tela e no teleprompter, entre outras funções. No caso do Flicts, o *switcher* não comanda as funções do *Jornal da Cultura* e de outros programas da grade, mas é responsável por todas as imagens de janela de Libras que aparecerão na TV. Dessa forma, é ele o responsável por enviar as imagens das traduções em Libras para o *switcher* do *Jornal da Cultura*, por exemplo. Ele também pode mexer na localização do intérprete na tela, adicionar ou cortar o som, dentre outras funções.

No âmbito empresarial, a FPA, por meio da *TV Cultura*, só foi instigada a aplicar um modelo de acessibilidade em Libras na emissora devido a nova exigência do Ministério das Comunicações, por meio da Norma Complementar nº 01/2006, que “prevê recursos de acessibilidade, por meio da Portaria Nº 188, de 24 de março de 2017, e que “estipula sobre os recursos de acessibilidade na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão”. Assim, a *TV Cultura* teria que cumprir um tempo mínimo de horas de programação com recursos acessíveis durante três meses, sob pena de multa e perda de recursos previstos pela norma, como citado anteriormente. Dessa forma, a FPA entendeu, na ocasião, que o prejuízo financeiro de multas e perdas

de recursos seria maior do que o investimento necessário para implementar a acessibilidade.

Anteriormente, até o ano de 2016, a FPA promovia acessibilidade por meio de recursos como a audiodescrição e o *closed caption* em sua programação. Com a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a FPA que já implementou acessibilidade na *TV Cultura* com outros recursos, foi afetada apenas na inclusão da programação em Libras da emissora.

A FPA já utilizava recursos financiados pela Lei Federal de Incentivo à Cultura, também conhecida como Lei Rouanet (Lei nº 8.313 do dia 23 de dezembro de 1991) [7]. A lei “prevê incentivos fiscais destinados a projetos culturais cuja exibição, utilização e circulação dos bens culturais deles resultantes sejam abertas, sem distinção, a qualquer pessoa, se gratuitas, e a público pagante, se cobrado ingresso”. Com a criação da nova exigência de acessibilidade da janela em Libras, a Lei Rouanet também sofreu alteração em seu escopo em 2015. No parágrafo 3º do artigo 2 da Lei Federal de Incentivo à Cultura foi incluído que “serão contemplados com os recursos fiscais da lei somente projetos culturais que forem disponibilizados, sempre que tecnicamente possível, também em formato acessível à pessoa com deficiência”. Assim, a *TV Cultura* realizou as alterações necessárias para continuar sendo contemplada com os recursos previstos na Lei, dando continuidade ao seu programa de acessibilidade. Dessa forma, a barreira financeira que impedia a aprovação do projeto foi resolvida. Entretanto, esse não era o único empecilho.

Organizacionalmente, a preocupação com a acessibilidade não aparece como prioridade nas diretrizes da *TV Cultura*. Isso é resultado de um modelo organizacional que não prevê os meios para a inclusão da comunicação para todos os públicos, ou até prevê, mas não propõe soluções para aplicá-la. Conforme explica Miege (1989), há relações entre o tipo de produto oferecido por uma empresa, a estrutura de controle corporativo e a natureza do processo de trabalho. Dessa forma, o modelo organizacional da *TV Cultura* e da FPA molda as iniciativas da emissora, o que em parte explica o porquê a acessibilidade não é uma prioridade na *TV Cultura*, apesar de a emissora poder ser considerada pública [8].

Ainda, as estruturas profissionais enfrentaram mudanças com a criação do Núcleo de Acessibilidade. O estúdio dentro do Núcleo funciona 24 horas, já que os profissionais do *closed caption* estão sempre em produção. Dessa forma, a equipe é dividida em dois turnos. Quem trabalha diretamente com a Libras chega no Núcleo às 6h da manhã e a última equipe vai embora às 2h da madrugada, hora que se encerra o último programa que possui recurso da janela de Libras. No

total, 55 pessoas trabalham no Núcleo, sendo oito colaboradores direcionados especificamente para o *Jornal da Cultura*. Apesar disso, os intérpretes de Libras são terceirizados e não fazem parte do setor de contratos oficial da emissora.

No início da implementação da acessibilidade, a maioria dos profissionais teve que se adaptar à nova rotina de trabalho e aprender novos recursos tecnológicos para garantir a entrega do material conforme as normas da emissora. Diante disso, a qualificação de mão-de-obra e a rotina profissional também sofreram alterações.

O Núcleo também abriga uma redação direcionada para os profissionais que trabalham com audiodescrição, fazendo roteiros para as gravações, assistindo os materiais gravados para prestar consultoria e checando a qualidade dos áudios dos programas já gravados. Na redação, também fica a equipe de Libras, que utiliza o espaço para estudar os materiais dos programas antes de gravarem nos estúdios. Por fim, também utilizam o espaço os responsáveis pelo *closed caption*, que transcrevem e fazem as marcações das legendas em português que aparecem na tela.

O estúdio funciona 24 horas, já que os profissionais do *closed caption* estão sempre em produção. Dessa forma, a equipe é dividida em dois turnos. Quem trabalha diretamente com a Libras chega no Núcleo às 6h da manhã e a última equipe vai embora às 2h da madrugada, hora que se encerra o último programa que possui recurso da janela de Libras. No total, 55 pessoas trabalham no Núcleo, sendo oito colaboradores direcionados especificamente para o *Jornal da Cultura*. A emissora conta, atualmente em sua programação, com 24 horas diárias de *closed caption*, 20 horas semanais de conteúdos em Libras e 28 horas semanais de audiodescrição.

Por fim, em relação aos conteúdos jornalísticos, esses não sofreram alterações, visto que a implementação das Libras na emissora é considerada como uma tradução e, portanto, não houve exploração de novos formatos a partir da implementação de Libras na programação.

Fernanda Sabino explica que o principal obstáculo para a *TV Cultura* continuar com o projeto de acessibilidade após o período temporário foi financeiro, mas que também encontrou grande resistência dentro da emissora que questionou a utilidade da iniciativa. Segundo ela, parte dos colaboradores e da diretoria não compreendia a relevância do projeto e não via necessidade em aplicar uma grande mudança para uma quantidade pequena de pessoas, se comparado proporcionalmente com o número de telespectadores ouvintes, que é maior. “Já ouvi de jornalistas que os programas

deles já contam com o recurso de *closed caption*, e pensam que aquilo basta”, mencionou Fernanda Sabino em entrevista.

Após o período probatório do novo recurso de acessibilidade na emissora, em 2017, foi demonstrado interesse por parte da equipe que o aplicou de manter o projeto. Fernanda Sabino, hoje supervisora do Núcleo de acessibilidade da *TV Cultura*, foi uma das pessoas que insistiu com a diretoria da emissora sobre a importância de permanecer com o projeto. Ela descreve esse processo como um período de luta, já que a empresa não tinha interesse em continuar com o novo recurso de acessibilidade. Em entrevista, Sabino explicou que um dos fatores que a ajudou a defender para a diretoria da TV sobre a importância do recurso acessível no Jornal foi a repercussão da comunidade surda diante da inclusão do novo projeto. Durante os três meses em que foi aplicado, a equipe de acessibilidade reuniu os *feedbacks* que a emissora recebeu na ouvidoria, acompanhou a comoção nas redes sociais a respeito da mudança e conversou com pessoas da comunidade surda para entender se a estrutura do novo projeto estava funcionando e os atendendo conforme suas necessidades.

De todo modo, apesar do Núcleo já estar estruturado, o fator financeiro foi uma justificativa para, inicialmente, o projeto ser descontinuado após o período obrigatório. Construir estúdios, contratar profissionais especializados e comprar novos equipamentos resultam em mais gastos, contrariando a racionalidade econômica neoliberal que também orienta as decisões da FPA. A diretoria da emissora acreditava que o investimento não renderia positivamente em termos de retorno financeiro. A argumentação para isto continuava a mesma: a quantidade de pessoas surdas é bem menor que a quantidade de telespectadores ouvintes e, portanto, sua inclusão não necessariamente implicaria em um aumento nos números de audiência do canal. Apesar disso, o projeto posteriormente foi continuado devido aos *feedbacks* positivos recebidos da comunidade surda, gerando com isso um novo argumento a favor do projeto, ainda conforme uma racionalidade econômica: a iniciativa geraria um impacto positivo à imagem e à marca da emissora que poderia ser explorada.

---

**DISCUSSÃO: A ACESSIBILIDADE INSERIDA  
NA DISCUSSÃO DA CIDADANIA  
E DO DIREITO À COMUNICAÇÃO**

---

A partir de tudo o que foi apresentado, este trabalho começou remetendo às teorias do jornalismo e como sua atuação deve visar a cidadania (Gentilli, 2005). Não só isso, que a aplicação da cidadania é essencial para o funcionamento da democracia (Fernan-

des, 2002) e que é direito de todo cidadão ter acesso à informação (Marshall, 1967). Todas as compreensões elaboram o jornalismo e suas funções, no entanto, desde um lugar idealizado e categórico. Há de se desviar, no entanto, dessa postura apenas categorizante para entender como esses conceitos se movimentam nas determinações do real. Afinal, há de se relativizar a qualidade de uma cidadania que, diante da contradição entre o direito e o imperativo da acumulação financeira, deixa de informar toda uma comunidade.

Como vimos, existem leis que protegem os direitos dos cidadãos e das pessoas com deficiência, exigindo do profissional de comunicação ferramentas acessíveis como janela de libras, closed captions, audiodescrição e legendas ocultas em suas produções (Torres & Mazzoni, 2007). Portanto, a existência de tais legislações evidencia que há uma demanda social em realizar a transição para uma grade acessível nas emissoras de televisão no Brasil. Todavia, tal implementação vai no sentido de comprometer a racionalidade da acumulação financeira, como visto no estudo de caso da implementação de acessibilidade em Libras no *Jornal da Cultura*.

Tendo em vista que o surgimento da implementação da acessibilidade em Libras da *TV Cultura* não surgiu espontaneamente, mas foi motivada por uma exigência do Ministério das Comunicações, da Norma Complementar nº 01/2006, evidencia-se que a acessibilidade em Libras, neste caso, só ocorreu devido a existência de políticas públicas voltadas para a inclusão, visto que a emissora não foi a primeira a tomar iniciativa para implementar a mudança e nem manifestava interesse inicial na proposta.

É notório como a prática jornalística no Brasil é majoritariamente exercida por empresas privadas com fins lucrativos, mas também é desenvolvida por fundações como a FPA, que é uma pessoa jurídica de direito privado. Todavia, tal exercício deveria estar submetido à uma discussão maior, ainda carente de legislação no Brasil: a do direito à comunicação e à informação. Segundo Victor Gentilli (2002), o jornalismo é [...] uma atividade indispensável no mundo contemporâneo, como instrumento que viabiliza o direito à informação” (Gentilli, 2002, p. 142). Não é um exagero retórico afirmar que um jornalismo segregador e excludente fere este direito e fragiliza a prática cidadã [9] e democrática justamente porque nega à parte relevante da população o acesso aos temas que informam a esfera pública.

É possível apoiar-se em Jurgen Habermas (1989) para estreitar ainda mais esta relação entre o acesso ao conteúdo jornalístico com a prática cidadã e democrática. O autor define dois tipos de linguagem: a hermenêutica e a epistemológica. A primeira pode ser identificada de um ponto de vista participante, pois abre

margem para interpretações e propõe diálogo para os envolvidos. A segunda, parte de um ponto de vista observador, não prevê consenso, apenas diz o que é, sem espaço para debates (Habermas, 1989). O primeiro tipo de uso seria o único que pode ser entendido enquanto comunicativo, porque não visa uma definição, não visa dizer algo como é, mas estabelece ações que buscam construir intersubjetivamente um significado.

Dito isso, já é possível compreender a disputa pela cidadania, que de acordo com o autor, está engajada por ações comunicativas - isto é, aquelas ações que buscam pela construção do sentido. Para ele, comunicar é agir e isso está diretamente relacionado com a aplicação da cidadania, pois o processo de sua disputa pode ser considerado enquanto esfera de atuação dos cidadãos que se mobilizam para dar visibilidade às suas necessidades e, a partir dela, elaborar e reivindicar direitos. Assim, com Habermas, dá-se uma fundamentação que auxilia a formular uma outra tarefa: a valorização do papel de participante na comunicação, em sentido amplo, e na democracia.

Para Fernandes (2002), a extensão da cidadania tem ocorrido, principalmente, com a consideração de novos atores sociais como cidadãos ao longo da história, dentre os quais, é claro, estão pessoas com surdez. “Essa entrada de novos atores em cena, com novas demandas de direitos, força o jornalismo a acompanhar tais mudanças e a falar dessas reivindicações” (Fernandes, 2002, p. 2).

A responsabilidade por promover inclusão e garantir o direito à comunicação e à informação é do Estado, enquanto ente público, mas também recai sobre as organizações privadas. Habermas (1984) define o Estado como o poder público. Ele caracteriza como público eventos que, em contraposição às sociedades fechadas, são acessíveis a qualquer um. De acordo com ele, é tarefa do Estado promover o bem público, o bem comum a todos os cidadãos (Habermas, 1984). Por outro lado, seu entendimento de esfera pública se distingue de Estado: a esfera pública é a reunião das pessoas privadas no espaço público (Habermas, 1984), dissolvendo assim aqueles interesses apenas privados criando, com isso, uma esfera social repolitizada.

Isto sugere que, ainda que as empresas privadas de comunicação brasileiras, ainda que sejam fundações, não se interessem pela aplicação de programas de acessibilidade, as justificativas comerciais para não desenvolver projetos desse tipo podem e devem se diluir na esfera pública, nos lugares de repolitização das práticas organizacionais destas empresas para que lá se exija que elas atendam ao interesse público. Em outros termos, a luta pela inclusão nos meios de comunicação também é a luta pela sua democratização. Afinal, seria dever categórico do Estado de informar, mas também inegavelmente das empresas de comunicação. Este dever está expresso pelo artigo 5º, inciso XXXIII e 37, caput, da Constituição Federal do Brasil reforça esse argumento quando estabelece



que “o Poder Público tem o dever de informar, mas que esse objetivo também alcança instituições particulares que prestam serviços públicos, como emissoras de rádio e televisão”. Assim, é dever do Estado e de instituições jornalísticas públicas e privadas democratizar a informação e é também um direito do cidadão de ter acesso a essa comunicação.

Portantoo, é possível compreender a importância de uma comunicação inclusiva, acessível e democrática para toda a sociedade. Mas o termo “Inclusão”, aqui, como demonstra o caso, não deve ser mistificado, compreendido como valor transcendental a ser almejado, mas como enfrentamento de um problema historicamente colocado, com a exposição de uma contradição no modelo comercial dos meios de comunicação brasileiro e, portanto, inserido no debate maior sobre o próprio direito à comunicação e à informação no país.

---

## CONCLUSÕES

---

Após este trabalho, chegou-se à conclusão de que dificilmente haveria inclusão, de fato, sem políticas públicas que comprometam a lógica de acumulação financeira nos meios de comunicação, já que o que originou o processo de inclusão de recursos acessíveis na grade da *TV Cultura* foi uma exigência do Ministério das Telecomunicações. Tal entendimento se fortalece diante da falta dos mesmos recursos de acessibilidade em Libras por outras redes privadas, já que estas não estão submetidas às mesmas políticas que levaram a implementação do Núcleo na *TV Cultura*.

Diferentemente do esperado no início desta pesquisa, quando se projetou a hipótese de que a inclusão da acessibilidade havia ocorrido por uma iniciativa da própria Fundação e da TV, ficou claro que a implementação ocorreu para evitar penalidade de multas e impedir perda de recursos distribuídos pela Lei de Incenti-

vo à Cultura, também conhecida como Lei Rouanet. Dessa forma, evidencia-se que a ideia de “inclusão” que seja espontânea e regida pelas empresas de comunicação é contraditória diante da lógica de acumulação dessas mesmas empresas. Sem a devida reflexão sobre essa contradição, as bases materiais que não permitem a expansão do exercício da cidadania por populações historicamente excluídas, como é o caso da população surda, permanecerão incontestes. Declarar o direito à comunicação, sobretudo o direito à comunicação para pessoas com deficiência, pede por um enfrentamento.

Todavia, há a necessidade de pesquisas futuras para compreender aprofundadamente as razões pelas quais outras emissoras de televisão não introduziram a acessibilidade em Libras em suas grades. Nestes outros casos, não pode ser subestimado, por exemplo, o fator também determinante nas decisões de uma cultura voltada para a generalidade, sem admitir a existência da pluralidade, multiplicidade e dissemelhança, ou que sequer é capaz de perceber esse tema como uma problemática a ser enfrentada. Afinal, como evidenciado no caso estudado, os obstáculos para a implementação da acessibilidade não foram somente financeiros, já que se encontrou uma resistência cultural dentro da emissora sobre a importância do projeto, inclusive entre jornalistas contratados pela emissora.

De todo modo, o caso do *Jornal da Cultura* representa o primeiro passo em direção a uma grade totalmente inclusiva na televisão brasileira. Essa é uma conquista significativa para a comunidade surda, que por toda a sua existência foi excluída da maioria dos conteúdos audiovisuais e culturais.

---

*Submissão: 14/06/2023*

*Data de aceite: 15/02/2024*

## NOTAS

---

<sup>1</sup> A deficiência auditiva é caracterizada como uma redução ou ausência da capacidade de ouvir determinados sons em diferentes graus de intensidade. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 10 milhões de pessoas possuem algum problema relacionado à surdez no Brasil. Esse número representa 5% da população nacional e cerca de 2,7 milhões de pessoas não ouvem nada. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que, até o ano de 2050, 900 milhões de pessoas no mundo podem desenvolver surdez.

<sup>2</sup> Legenda oculta, comumente referido pela sigla CC, é um sistema de transmissão de legendas via sinal de televisão, utilizado para auxiliar deficientes auditivos. Mais do que uma legenda convencional, ela indica em palavras os outros sons do vídeo.

<sup>3</sup> Faixa narrativa adicional para pessoas com deficiência visual.

<sup>4</sup> Espaço destinado a intérpretes da Língua Brasileira de Sinais nos materiais audiovisuais.

<sup>5</sup> Enquanto rede de televisão pública, a TV Cultura precisa ter independência em relação aos interesses e padrões tanto do mercado quanto do Estado. Seu compromisso é com uma instância ainda mais fundamental do que essas na construção democrática: a cidadania. Vale ressaltar que na legislação brasileira, não há nenhuma lei que determine as diferenças entre a rede de televisão pública e privada.

<sup>6</sup> Em 2016, a Fundação Padre Anchieta divulgou um documento com bases para a elaboração de um plano estratégico. O documento foi o resultado de um processo de reflexão, pesquisa, debates e construção de novos consensos sobre os rumos da emissora, realizado pelo Comitê Estratégico do Conselho Curador da Fundação

Padre Anchieta. O objetivo deste documento era estabelecer as bases para a produção de um plano de ação, nomeado de “Plano Organizacional de Funcionamento e Controle das Atividades da Fundação”, que seria aplicado nos próximos anos à sua produção (Plano Estratégico de Ação da Fundação Padre Anchieta, 2016, p. 41).

<sup>7</sup> A lei restabelece princípios da Lei nº 7505, que dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico; institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.

<sup>8</sup> No Brasil, não há uma legislação que define propriamente o que é uma TV pública, diferenciando-a de uma TV comercial e/ou estatal, e que estabeleça seus deveres, criando, com isso, um ambiente jurídico no qual a *TV Cultura* não se encontra necessariamente vinculada por lei a oferecer acessibilidade.

<sup>9</sup> Marshall, em seu estudo “Cidadania, classe social e status” (1967) identifica o conceito de cidadania como um conjunto de direitos e deveres atribuídos ao cidadão. A partir do conceito de Marshall, qualquer pessoa que não consiga desfrutar dos direitos da cidadania é considerado desigual na sociedade. Assim, uma pessoa surda que enfrenta uma grande barreira comunicacional que a impede de consumir informações jornalísticas por falta de acessibilidade, não consegue exercer seu direito pleno como cidadão (Marshall, 1967). Já para Fernandes, em seu estudo “Jornalismo, cidadania e direitos humanos: uma relação reflexiva no espaço público” (2002), cidadania refere-se à condição de um indivíduo, membro de uma comunidade e de um Estado, com os quais ele tem uma relação de direitos e deveres (Fernandes, 2002, p. 2).

## REFERÊNCIAS

---

- Cassin, M. (2005). *Marxismo e Educação: debates contemporâneos*. Editora Autores Associados.
- Corrêa, P. M. (2009). *Acessibilidade: conceitos e formas de garantia*. Editora Descubra.
- Silva, D. C., & Faria, N. G. (2016). *Legendas e janelas: questão de acessibilidade*. Revista Sinalizar, 1(1), 65-77. <https://doi.org/10.5216/rs.v1i1.36156>
- Fernandes, A. (2002). *Jornalismo, cidadania e direitos humanos: uma relação reflexiva no espaço público*. Intercom. <https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/153525028078401893023837407457382637395.pdf>
- Ferraretto, L. A., & Kischinhevsky, M. (2010). Rádio e convergência: uma abordagem pela economia política da comunicação. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, 17(3), 173-180. ISSN Eletrônico: 1415-0549
- Fundação Padre Anchieta. (2016, 25 de março). *Bases para a elaboração do Plano Estratégico de Ação da Fundação Padre Anchieta*. [https://tvcultura.com.br/upload/fpa/iniciativas/20180307145644\\_anexo-1-bases-para-o-planejamento-estrategico-da-fpa.pdf](https://tvcultura.com.br/upload/fpa/iniciativas/20180307145644_anexo-1-bases-para-o-planejamento-estrategico-da-fpa.pdf)
- Fundação Padre Anchieta. (2017, 25 de março). *Relatório de Atividades*. [https://tvcultura.com.br/upload/fpa/sic/20180529184956\\_20180529-relatorioatividades-consolidado2017.pdf](https://tvcultura.com.br/upload/fpa/sic/20180529184956_20180529-relatorioatividades-consolidado2017.pdf)
- Fundação Padre Anchieta. (2018, 25 de março). *Relatório de Atividades*. [https://tvcultura.com.br/upload/fpa/sic/20190812171147\\_20190812-relatorioatividades2018-consolidado.pdf](https://tvcultura.com.br/upload/fpa/sic/20190812171147_20190812-relatorioatividades2018-consolidado.pdf)
- Gentili, P. (1995). Adeus à escola pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias. Revista Pedagogia da exclusão. *Vozes*, 228-252.
- Gentilli, V. (2002). *O conceito de cidadania, origens históricas e bases conceituais: os vínculos com a Comunicação*. Revista Famecos, 9(19), 36-48. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2002.19.3184>
- Habermas, J. (1984). *Mudança estrutural da esfera pública*. Revista Tempo Brasileiro.
- Habermas, J. (1989). *Consciência moral e agir comunicativo*. Revista Tempo brasileiro.
- IBGE. (2018). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) 2018: acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal*. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101631>
- IBGE. (2010). *Censo demográfico 2010: deficiência auditiva*. [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd\\_2010\\_religiao\\_deficiencia.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf)
- Kotscho, R. (1987). *A prática da reportagem*. Editora Ática.
- Marshall, T.H. (1967). *Cidadania, classe social e status*. Editora Zahar.
- Mosco, V. (1999). Economia política da comunicação: uma perspectiva laboral. *Comunicação e sociedade*, 1, 97-120.
- Dourado, J., Lopes, D. M., & Marques, R. (2016). *Economia política do jornalismo: tendências, perspectivas e desenvolvimento regional*. Editora Edufpi.
- Schudson, M. (2008). *Notícias e sociedade democrática: passado, presente e futuro*. Revisão do ouriço, 10 (2), 7-21.
- Saviani, D., Lombardi, J. C. & Sanfelice, J. L. (2005). *Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação*. Editora Autores Associados.
- Soares, M. C. (2009). *Representações, jornalismo e a esfera pública democrática*. Editora UNESP.
- Torres, E. F., & Mazzoni, A. A. (2007). O direito de acesso à informação nos meios televisivos: onde está a inclusão? *Inclusão Social*, 2(1). ISSN Eletrônico: 1808-8678
- Vicchiatti, C. A. (2004). *Jornalismo: comunicação, literatura e compromisso social*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.



**Inclusão no Jornal da Cultura: um estudo de caso da introdução de acessibilidade em libras**

**Periodismo e inclusión: un estudio de caso sobre la implementación de la accesibilidad en lengua brasileña de señas (libras) en el Jornal da Cultura**

**Journalisme et inclusion : une étude de cas sur la mise en œuvre de l'accessibilité en langue des signes du *Jornal da Cultura***

**Journalism and Inclusion: A Case Study on the Implementation and Accessibility of Brazilian Sign Language at *Jornal da Cultura***

**Pt.** Em novembro de 2017, ocorreu a primeira aparição da janela de Libras, a Língua Brasileira de Sinais, no *Jornal da Cultura*, principal produto de telejornalismo da *TV Cultura*. Trata-se do primeiro e único telejornal com essa forma de acessibilidade para a população surda na televisão aberta brasileira. O projeto, porém, ocorreu diante de exigências impostas pelo Ministério das Comunicações e pela Lei Federal de Incentivo à Cultura. Este artigo é um estudo de caso do projeto de acessibilidade mencionado, buscando saber de que maneira se deu a implementação de Libras no telejornal, quais foram as suas motivações e como a instituição se adaptou para isto. A descrição do caso também propõe-se a compreender como a necessidade por inclusão -- neste caso, a inclusão da população surda -- se movimenta no contexto de uma emissora de televisão brasileira que, embora possa ser considerada pública, também é dirigida conforme a racionalidade econômica vigente. Para tanto, o estudo foi desenvolvido a partir de categorias da Economia Política da Comunicação (EPC), voltadas à descrever as formas estruturais responsáveis pela produção, distribuição e troca de produtos de comunicação. Por meio de entrevistas, de visitas à emissora, de um levantamento da legislação brasileira quanto à acessibilidade e do estudo do modelo organizacional da Fundação Padre Anchieta, chegou-se à conclusão de que a acessibilidade só foi possível com a indução por políticas pública, mesmo em uma organização sem fins lucrativos, como é o caso da *TV Cultura*, cujo modelos organizacional e institucional impactam diretamente na reprodução do projeto de acessibilidade. Assim sendo, discute-se quanto ao impasse de elaborar projetos de acessibilidade no conteúdo jornalístico diante da racionalidade econômica e neoliberal que gerencia o mercado de comunicação no Brasil, inserindo o debate sobre inclusão em um mais abrangente: o do direito à comunicação e à informação.

**Palavras-chave:** inclusão; acessibilidade na comunicação; acessibilidade no jornalismo; TV Cultura

**Es.** En noviembre de 2017, la ventana de Libras, la Lengua Brasileña de Señas, apareció por primera vez en el *Jornal da Cultura*, el principal producto periodístico televisivo de *TV Cultura*. Se trata del primer y único noticiero con esta forma de accesibilidad para la población sorda en la televisión abierta brasileña. Sin embargo, el proyecto surgió como respuesta a las exigencias impuestas por el Ministerio de Comunicaciones y la Ley Federal de Incentivo a la Cultura. Este artículo es un estudio de caso del mencionado proyecto de accesibilidad, con el objetivo de investigar cómo se implementó Libras en el noticiero, cuáles fueron sus motivaciones y cómo la institución se adaptó para llevarlo a cabo. La descripción del caso también pretende comprender cómo la necesidad de inclusión -- en este caso, la inclusión de la población sorda -- se manifiesta en el contexto de una emisora de televisión brasileña que, si bien puede considerarse pública, también es gestionada de acuerdo con la racionalidad económica vigente. Para ello, el estudio se desarrolló a partir de categorías de la Economía Política de la Comunicación (EPC), con el objetivo de describir las formas estructurales responsables de la producción, distribución e intercambio de productos de comunicación. A través de entrevistas, visitas a la emisora, el relevamiento de la legislación brasileña sobre accesibilidad y el estudio del modelo organizacional de la Fundación Padre Anchieta, se llegó a la conclusión de que la accesibilidad solo fue posible con la inducción de políticas públicas, incluso en una organización sin ánimo de lucro, como es el

caso de TV Cultura, cuyos modelos organizacionales e institucionales tienen un impacto directo en la reproducción del proyecto de accesibilidad. Por lo tanto, se discute el dilema de elaborar proyectos de accesibilidad al contenido periodístico frente a la racionalidad económica y neoliberal que gestiona el mercado de la comunicación en Brasil, insertando el debate sobre la inclusión en una discusión más amplia sobre el derecho a la comunicación y a la información.

**Palabras clave:** inclusión; accesibilidad en la comunicación; accesibilidad en el periodismo; TV Cultura

**Fr.** En novembre 2017, la langue des signes brésilienne (Libras) apparaissait pour la première fois à l'écran du *Jornal da Cultura*, le principal programme de journalisme télévisé de la chaîne *TV Cultura*. C'est le premier et le seul journal TV diffusé en clair au Brésil à garantir une telle accessibilité à la population sourde. Ce projet a cependant découlé d'exigences établies par le ministère des Communications et par la loi fédérale d'incitation à la culture. Nous présentons ici une étude de cas sur ce projet d'accessibilité, visant à savoir comment la présentation en Libras a été mise en place au sein de ce journal télévisé, avec quelles motivations, et à comprendre la façon dont l'institution s'est adaptée en conséquence. L'objectif était également de saisir comment le besoin d'inclusion – en l'occurrence de la population sourde – se traduit dans le contexte d'une chaîne de télévision brésilienne qui, bien que considérée comme publique, n'en est pas moins gérée selon la rationalité économique prévalente. Pour ce faire, l'étude a été conçue sur la base des catégories de l'économie politique de la communication (EPC), qui visent à décrire les formes structurelles responsables de la production, de la distribution et de l'échange des produits de communication. Au moyen d'entretiens, de visites des locaux de la chaîne TV, d'une revue de la législation brésilienne en matière d'accessibilité et d'une étude du modèle organisationnel de la fondation Padre Anchieta, nous concluons que l'accessibilité n'a été possible que sous l'impulsion de politiques publiques, et ce même dans une organisation à but non lucratif telle que *TV Cultura*, dont les modèles organisationnels et institutionnels ont un effet direct sur la reproduction du projet d'accessibilité. Nous discutons ainsi de la difficulté majeure à élaborer des projets d'accessibilité des contenus journalistiques, au vu de la rationalité économique et néolibérale qui régit le marché de la communication au Brésil, tout en replaçant le débat sur l'inclusion dans un cadre plus large : celui du droit à la communication et à l'information.

**Mots-clés :** inclusion ; accessibilité en communication ; accessibilité dans le journalisme ; TV Cultura

**En.** In November 2017, the first Brazilian sign language interpreter appeared on *Jornal da Cultura* (Culture News), a television news program running on *TV Cultura*, a Brazilian public television network. This is the first and only news program to include this form of accessibility for the deaf on Brazilian public television and was made possible by the Ministry of Communications and the Culture Incentive Law. This article is a case study on the accessibility of sign language and its implementation in the aforementioned news program, the motivations behind its inclusion, and what adjustments the network had to make. This case study also aims to understand the need for inclusion -- in this case, the inclusion of the deaf population -- on a Brazilian television station that, although public, is also managed according to the current economic rationality. In this respect, this study was developed based on elements of the Political Economy of Communications (EPC) in order to describe the structural forms behind the production, distribution, and exchange of communication products. After conducting a series of interviews, visits to the broadcaster, an overview of Brazilian legislation on accessibility and the Padre Anchieta Foundation's organizational model, we found that accessibility could only occur through public policies, even for a non-profit organization such as *TV Cultura* whose organizational and institutional models directly impact this accessibility. Therefore, there are discussions about developing accessibility projects for news programs considering the economic and neoliberal rationality that is so prevalent in the communications market in Brazil, which leads to a larger debate on inclusion: the right to communication and information.

**Key words:** inclusion; accessibility in communication; accessibility in news programs; TV Cultura